



LINHA DE PESQUISA – Curadoria digital em Repositórios digitais

O PROCESSO DE BOLONHA E A DISSEMINAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE LONGA DURAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA UNIÃO EUROPEIA

PORTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças¹, OLIVEIRA, Edson de Sousa², SILVA, Sinomar Soares de Carvalho³

¹ Doutor em Comunicação e professor do Programa de Pós-graduação Mestrado em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins – UFT. *E-mail:* gilsonporto@uft.edu.br

² Mestrando em Comunicação e Sociedade e Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Federal do Tocantins, Palma, Tocantins e graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará. *E-mail:* biblioedson@gmail.com

³ Formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins e Mestrando em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, Palma, Tocantins. *E-mail:* sinomaruft@gmail.com

RESUMO

Discute-se o impacto do Processo de Bolonha nos processos de formação, na disseminação e preservação de longa duração na União Europeia. Entende-se que o Processo de Bolonha foi desencadeado pela tentativa de aproximar as políticas ligadas ao ensino superior nos países europeus, procurando estabelecer uma área europeia de ensino superior. Essa “área europeia” consentiu que os sistemas nacionais de ensino, tão diferenciados em face de suas especificidades formativas, tivessem uma formatação que permitisse a fácil adaptação de currículos outrora distantes e possivelmente incompatíveis. Isso teve um impacto sobre a formação e na disseminação do conhecimento.

Palavras-chave: Repositório Institucional; Comunicação científica; Acesso aberto

1 INTRODUÇÃO

A União Europeia passa por profundas mudanças. Os processos de internacionalização tem redefinido a constituição de uma unidade em torno de um ‘sistema europeu’, que envolve dezenas de nuances e perspectivas. Entre elas encontra-se a divulgação científica e a preservação de longa duração de conteúdos científicos.

Com a assinatura do Tratado de Maastricht (1992) a interligação dos países do continente europeu começou a mudar. Essas mudanças superaram a expectativa econômica e alcançaram as perspectivas formativas (FERNANDES, S., 2012; PÔRTO JR., 2014), constituindo a maior mudança já efetuada em termos continentais. Conhecido como Processo de Bolonha, se trata de uma estrutura de múltiplos mecanismos de ajustes pedagógico-curriculares que nascem com a Declaração de Sorbonne (1998), se constituem com a Declaração de Bolonha (1999) e tem sua consolidação com as declarações de Praga (2001), Berlim (2003), Bergen (2005), Londres (2007), Louvaine (2009), Budapeste e Viena (2010) e Bucareste (2012).

2 METODOLOGIA

Partindo-se da vivência de pesquisa em universidades portuguesas, reflete-se sobre como as instituições europeias desenvolveram seus processos partindo dos impactos de Bolonha nas competências formativas. Quatro universidades portuguesas foram pesquisadas, a saber: Universidade da Beira Interior, Universidade do Minho, Universidade do Porto e a Universidade Fernando Pessoa (PÔRTO JR., 2012). Selecionaram-se as universidades que possuíam experiência formativa nos três ciclos (Licenciatura - 1º ciclo, Mestrado - 2º ciclo e Doutorado - 3º ciclo) adequadas (ou em processo final) à Bolonha, *expertise* na implantação das mudanças e que fossem representativas dos modelos portugueses de gestão universitária (pública, mista e particular). Nelas foram estudados modelos de divulgação e preservação.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU DISCUSSÕES

O Processo de Bolonha foi desencadeado pela tentativa de aproximar as políticas ligadas ao ensino superior nos países europeus, procurando estabelecer uma área europeia de ensino superior. Essa “área europeia” consentiu que os sistemas nacionais de ensino, tão diferenciados em face de suas especificidades formativas, tivessem uma formatação que permitisse a fácil adaptação de currículos outrora distantes e possivelmente incompatíveis.

De uma forma geral, Bolonha configura-se em torno de quatro campos de aproximação que representam a linha-mestra ou campos do Processo. São elas: 1. mudança da estrutura do ensino superior, 2. sistema de títulos homologáveis a nível europeu, 3. organização de sistema de créditos e 4. mobilidade de estudantes e docentes.

A *mudança da estrutura do ensino superior* envolveria, conforme expresso pela Declaração de Bolonha, a criação de dois ciclos de formação, sendo um no âmbito da graduação e o outro da pós-graduação. O primeiro ciclo, em média três anos, com claras orientações generalistas, permitiria ao egresso uma formação mínima para a continuidade de estudos pós-graduados ou sua inserção mais qualificada no mercado de trabalho. O segundo ciclo conduziria o egresso a estudos pós-graduados em âmbito de cursos de mestrado e doutorado.

Quanto ao *sistema de títulos homologáveis a nível europeu*, a Declaração de Bolonha previa, em seu texto, o **reconhecimento** dos títulos em todo o espaço europeu. Esse reconhecimento consentiria o livre fluxo de profissionais, permitindo **acesso** e **admissão**, tão necessários em diversos países do bloco europeu. Mas também traria desafios que transformariam o Processo de Bolonha em uma arena de disputas políticas e sociais. A principal, indicada por alguns autores (NEAVE, 2002; NARTOWSKI, 2003; NAZARKO et al, 2009), é a homogeneização linguística, cultural e de conteúdos, de cunho globalizante. Ela é recorrente no espaço de disputa política, nos anos que se seguiriam a Bolonha. A preocupação, principalmente por parte de países com menos poder político e econômico dentro da Comunidade Europeia, era de que os “conteúdos formativos fossem transformados

em um mínimo denominador comum das temáticas queridas em cada país” ou que “[...] o espaço da União Europeia [fosse] submetido, em nome da livre circulação, ao domínio de três línguas dominantes na Europa: inglês, francês e alemão” (SERRALHEIRO, 2005, p. 18).

Já a *organização de um sistema de créditos* permitiria que os currículos nacionais fossem aproximados e tivessem comunicação entre eles, em âmbito de um espaço comum europeu. Esse também é um aspecto controverso, pois significaria abrir mão de diversos elementos histórico-sociais específicos no processo formativo, em prol de “algo comum”. Também, nesse modelo previsto, com menos tempo formativo, os alunos deveriam ter maior grau de inserção na vida acadêmica, o que geraria dificuldades em países com menor grau de estabilidade econômica.

O quarto campo, a *mobilidade de estudantes e docentes*, permitiria que professores e alunos tivessem momentos de ampliação de conhecimentos por meio da inserção em ambientes diferenciados. Essa mobilidade oxigenaria os processos formativos nacionais, ampliando o olhar para o “outro”, seja país, comunidade ou universidade. Mas traria também preocupações, já que a mobilidade acabaria sendo, por si só, seletiva, quando apenas poucos economicamente privilegiados teriam acesso a ela.

Esses quatro campos, por si só, quando vistos de um ponto exclusivamente pedagógico-formativo, parecem agregar valor aos processos formativos. Mas eles não podem ser vistos apenas nessa óptica. O estopim da criação desse espaço comum, como expresso pela Declaração de Bolonha, não foi, *a priori*, pedagógico-formativo, mas econômico. A empregabilidade dos cidadãos europeus e o desenvolvimento social e econômico já eram pautados mesmo antes de Bolonha, como alertam Matos (2009) e Amaral (2005). A Declaração de Sorbonne, de 25 de maio de 1998, já expressava o mesmo desejo, de um espaço comum, que permitisse a empregabilidade e a mobilidade, com modificações e diminuições nos ciclos formativos, criando mais competitividade europeia.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS/FINAIS

No que se refere à percepção dos a(u)tores entrevistados sobre a avaliação que eles fazem dos impactos de Bolonha, percebe-se uma forte crítica ao processo desencadeado.

Apesar dos possíveis pontos positivos do Processo Bolonha, a sensação dos entrevistados é que houve uma perda real após a entrada em Bolonha. O redesenho e/ou ajustes realizados, incluindo os processos de preservação da memória, nas universidades pesquisadas basicamente ocorreu sem uma discussão aprofundada e participativa (PÔRTO JR., 2014, 2016a, 2016b).

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Preciosa. O Processo de Bolonha no seu terceiro ano de existência: olhares diversos para um debate útil. **Revista Educação, Sociedade e Culturas**, Porto: Universidade do Porto/Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE), n. 28, p. 161-173, 2009.

NARTOWSKI, Andrzej S. A Tale of Two Industries: Mass Media and Higher Education. **Higher Education in Europe**, UNESCO-CEPES/European Centre for Higher Education, v. XXVIII, n. 1, p.113-122, 2003.

NAZARKO, Joanicjusz; KUŹMICZ, Katarzyna Anna; SZUBZDA-PRUTIS, Elżbieta; URBAN, Joanna. The General Concept of Benchmarking and its Application in Higher

Education in Europe. **Higher Education In Europe**, UNESCO-CEPES/European Centre for Higher Education, v. XXXIV, n. 3-4, p. 497-510, 2009.

NEAVE, Guy. Anything goes: or, how the accommodation of Europe's universities to European integration integrates an inspiring number of contradictions. **Tertiary Education and Management**, v. 8, n. 3, p. 181-197, 2002.

PÔRTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. **Entre Comunicação e Educação**: o Processo de Bolonha e as ações formativas em cursos de Comunicação Social/Jornalismo em Portugal. 2012. 614 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas) – UFBA/Faculdade de Comunicação, Salvador, 2012.

PÔRTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. Novas geografias curriculares na União Europeia: o processo de Bolonha e a formação em Comunicação Social/Jornalismo. **Revista Interin**. Curitiba, v. 17, n.1, p. 11 - 95, jan. /jun. 2014.

PÔRTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças. Processos de investigação/pesquisa em Comunicação Social/Jornalismo: pistas sobre as mudanças pós-Bolonha. **Contemporânea** (UFBA. Online), v. 14, p. 269-285, 2016a.

PÔRTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças. Implementação do quadro de qualificações europeu na formação e no ensino de comunicação social e jornalismo: Estudo das estratégias de aplicação em Portugal. **Revista Estudos de Jornalismo**, v. 6, p. 7-21, 2016b.